

## TCE integra auditoria conjunta na atenção básica à saúde



As técnicas responsáveis pelo trabalho, *Kassandra Lima, Edilene Moura e Mayra Porto* ministram oficinas de planejamento para os gestores dos municípios auditados.

O Tribunal de Contas do Estado (TCE-PI) se integra aos 28 tribunais brasileiros na realização de uma auditoria conjunta na atenção básica à saúde. No Piauí, o trabalho está sendo feito em 12 municípios, que foram selecionados por conta dos índices de prioridade do setor de saúde, divulgados pelo IBGE. O resultado da auditoria será divulgado em dezembro.

A análise dará ênfase ao planejamento de ações, à profissionalização e à capacitação dos gestores, assim como a articulação em rede, aos instrumentos de avaliação e monitoramento dos serviços prestados e eventuais boas práticas desenvolvidas. De 24 a 30 de junho, as técnicas responsáveis pelo trabalho, *Kassandra Lima, Edilene Moura e Mayra Porto* ministraram oficinas de planejamento para os gestores dos municípios auditados, para explanações sobre a auditoria. As duas primeiras reuniões aconteceram na Escola de Contas em Teresina e a última, no dia 30, em Floriano. Participaram os gestores de Campo Maior, Água Branca, União, Teresina, Luis Correia, Joaquim Pires, Brasileira, Parnaíba, Paquetá, Floriano, Guadalupe e Santa Cruz dos Milagres.

Uma das características da auditoria é a participação dos gestores em todas as fases do trabalho. A auditoria operacional na atenção básica à saúde vai avaliar as gestões quanto aos aspectos da eficiência, eficácia, economicidade e responsabilidade gerencial.

## TCE DISPONIBILIZA CERTIDÕES ON-LINE

A partir do dia 24 de junho de 2014, ficou mais fácil obter certidões junto ao Tribunal de Contas do Estado (TCE-PI). A solicitação pode ser feita através do site do TCE e o prazo para a emissão on-line é de até 72 horas. Todo o processo é feito pela internet, sem necessidade da presença do requisitante na sede do Tribunal.

Para requerer as certidões, o internauta deve acessar o menu “emissão de certidão” que aparece no lado direito da página principal ou através do link “serviços”. A solicitação do documento, que necessita do preenchimento de dados, gera um número de protocolo que permite o acompanhamento on-line da requisição. Dentro do prazo regimental de 72 horas, será encaminhado um e-mail de notificação para que o próprio requerente baixe o

arquivo com o documento emitido pelo TCE. O internauta também pode acompanhar o pedido utilizando seus dados e o número de protocolo gerado.

Estão disponíveis os seguintes documentos: certidão de Ações e Serviços Públicos de Saúde, Adimplência, Apreciação das Contas, Despesas de Pessoal, Lei de Responsabilidade Fiscal, Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, Negativa de Débitos, Registro de Inativação e Trânsito em Julgado. A emissão das certidões é gratuita!

Para requerer, basta acessar o endereço abaixo:  
<http://srvapp2.tce.pi.gov.br:8080/EmissaoDeCertidoes/>.

## TCE fixa prazo para Detran apresentar Plano de Ação para reduzir acidentes com motos

O Tribunal de Contas do Estado (TCE-PI) fixou prazo de 60 dias para que o Detran apresente um plano de ação, previsto no art. 6º da Resolução TCE nº 975/06, com o cronograma de adoção das medidas necessárias à implantação das recomendações e determinações sugeridas pela equipe que realizou auditoria operacional no Departamento de Trânsito. A Corte também determinou aplicação de multa no valor de 2 mil UFRs, o equivalente a R\$ 5.080,00 (cinco mil e oitenta reais) ao gestor do órgão, em caso de descumprimento. A decisão foi tomada durante o julgamento do processo do relatório da auditoria operacional, incluído na pauta da sessão Plenária do dia 23 de junho, cujo relator foi o conselheiro Anfrísio Lobão.

A auditoria operacional no Detran abrangeu os períodos de janeiro de 2009 a dezembro de 2011 e teve como objetivo a avaliação de desempenho de ações executadas pelo órgão, para promover a redução de acidentes de trânsito com motociclistas na área urbana de Teresina. O trabalho foi motivado pelas estatísticas de acidentes envolvendo este tipo de veículo. De acordo com a Companhia de Policiamento Independente de trânsito (CIPTRAN), em Teresina, entre os meses de janeiro e abril deste ano, foram registrados 615 acidentes de trânsito envolvendo motociclistas, com 372 vítimas. Onze pessoas morreram e 22 ficaram feridas.

No relatório submetido ao Plenário, os técnicos apresentaram evidências da falta de ações mais efetivas para a redução desses acidentes. Dentre elas, deficiências no quadro técnico da escola, redução de investimentos em campanhas educativas de trânsito, descontinuidade nas ações de educação de trânsito e dificuldades operacionais para a realização das campanhas educativas.

Ao analisar as ações realizadas pelo Detran, os técnicos do TCE constataram ausência de planejamento formal, quadro reduzido de policiais militares da Companhia Independente de Policiamento de Trânsito e elevado número estatístico de infrações cometidas por motociclistas e ciclomotores. Servidores desmotivados, falta de controle administrativo, infra-estrutura de informática precária que provoca instabilidade dos sistemas de prestação de serviços aos usuários, além da deficiência para a realização de exames, são outras falhas apontadas no relatório da auditoria operacional.

A Diretoria de Fiscalização da Administração Estadual (DFAE) vai monitorar a execução do plano de ação para verificar a implementação das recomendações e determinações sugeridas pela equipe do TCE.

Sobre o assunto, a Chefe da I Divisão da DFAE, Liana Melo, participou de uma entrevista no estúdio do Bom Dia Piauí, da TV Clube de Teresina, apresentado pelo jornalista João Neto. A entrevista foi ao ar no dia 25 de junho e pode ser vista no link <http://g1.globo.com/pi/piaui/bom-dia-piaui/videos/>.

## TCE FUNCIONARÁ NORMALMENTE NO MÊS DE JULHO

Durante o mês de julho, o Tribunal de Contas do Estado (TCE-PI) funcionará normalmente. Estão mantidas as Sessões Plenárias e das Câmaras, bem como os prazos e atendimento ao público. Até o ano passado, o TCE-PI suspendia suas atividades durante o mês, em razão de férias coletivas dos servidores, mas a resolução 12/14, publicada no Diário Oficial no dia 29 de maio, regulamentou as férias, que acontecerão, preferencialmente, de janeiro a julho, e assegurou o funcionamento do Tribunal durante este período.



*Liana Melo, Chefe da I Divisão da DFAE, durante entrevista para o jornalista e apresentador João Neto, no Bom Dia Piauí.*

## TCs assinam convênio com CNJ para atualizar cadastro de inelegíveis

Dezesseis Tribunais de Contas Brasileiros, incluindo o TCE-PI, firmaram termo de cooperação técnica com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), com o objetivo de aperfeiçoar o Cadastro Nacional de Condenados por Ato de Improbidade Administrativa ou de atos que possam caracterizar inelegibilidade de gestores públicos por um período de oito anos.

Os Tribunais de Contas signatários se comprometem a informar as decisões proferidas pelos Tribunais de Contas, no exercício de suas atribuições, que se enquadrem no parágrafo 5º, artigo 11, da Lei nº 9.504 de 30 de setembro de 1997 (Código eleitoral).

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e CNJ, ministro Joaquim Barbosa, e o conselheiro do CNJ Gilberto Alves, participaram da solenidade. Barbosa agradeceu a colaboração dos Tribunais de Contas brasileiros, destacando a importância da parceria. Já o presidente da Atricon, enalteceu a importância da cooperação, ratificando que o controle externo brasileiro não medirá esforços com vistas a contribuir para a melhoria da qualidade da governança pública e da democracia brasileira.

O convênio resulta da Meta nº 19 do CNJ, que subsidia a instrução dos processos de pedido de registro de candidatura à Justiça Eleitoral, relativamente ao quesito “elegibilidade”. O presidente da Atricon pediu aos demais tribunais de contas que sejam signatários do acordo, o que deve acontecer até o final de julho.



## TCE ENVIU LISTA DE GESTORES COM CONTAS REPROVADAS AO MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL

O Tribunal de Contas do Estado (TCE-PI) enviou, no dia 16 de junho, ao Ministério Público Eleitoral, a relação preliminar dos gestores que tiveram as prestações de contas julgadas irregulares, a partir do exercício de 2001, com trânsito em julgado. A lista contém os resultados de 271 julgamentos, de responsabilidade de 211 gestores. A diferença ocorre em razão de alguns gestores acumularem mais de uma reprovação em suas contas.

As listas enviadas pelo TCE-PI e por outros órgãos de administração pública vão compor o Sistema Sisconta Eleitoral, desenvolvido pela Procuradoria Geral da República, a pedido do Grupo Executivo Nacional da Função Eleitoral (Genafe) e da Procuradoria Geral Eleitoral (PGE). As informações serão analisadas pelos procuradores do Ministério Público na área eleitoral em cada estado e no Distrito Federal para verificar a necessidade de ação na Justiça Eleitoral contra o registro dos candidatos, que pode ser feito até 5 de julho. O Sistema integrado de informações vai conferir mais eficácia à aplicação da Lei da Ficha Limpa.

A lista enviada pelo TCE pode ser visualizada no endereço: [http://www.tce.pi.gov.br/site/outros/doc\\_view/1231-lista-plenario-e-camaras](http://www.tce.pi.gov.br/site/outros/doc_view/1231-lista-plenario-e-camaras).

## TCE-PI sediou reunião de trabalho para elaboração de propostas de aperfeiçoamento do controle externo



Solenidade de Abertura da segunda reunião de trabalho da ATRICON, para elaboração de propostas de resoluções para o aperfeiçoamento do controle externo. A solenidade foi realizada no Plenário do Tribunal de Contas do Estado e contou, além da presença dos conselheiros de vários Tribunais de Contas do Brasil, com servidores de órgãos que compõem a Rede de Conrole.

Ocorreu entre os dias 04 e 06 de junho, a segunda reunião de trabalho para elaboração de propostas de resoluções visando ao aperfeiçoamento do controle externo pelos Tribunais de Contas. Os textos estão foram elaborados por comissões temáticas designadas pela Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon), compostas por conselheiros, conselheiros substitutos e técnicos.

As comissões se reuniram na Escola de Contas do Tribunal de Contas do Estado do Piauí. Ao todo, oito comissões temáticas se reuniram para elaborar propostas de resoluções sobre temas como o controle externo concomitante, controle interno, instrumentos de comunicação com a sociedade, corregedorias e ouvidorias.

As resoluções estão disponíveis no site da Atricon para amplo conhecimento (para visualizar, basta ir ao endereço: <http://www.atricon.org.br/documentos/minutas-de-resolucoes-e-diretrizes-de-controle-externo/>), e serão submetidas à aprovação durante o IV Encontro Nacional dos Tribunais de Contas, que será realizado no período de 4 a 6 de agosto, na cidade de Fortaleza (CE).



Acima, registros da primeira comissão a se reunir, na manhã do dia 04 de junho, na Escola de Contas do TCE-PI, para tratar do tema “Gerenciamento dos Prazos: instrumento de agilidade no julgamento de processos pelos Tribunais de Contas”. O presidente da Atricon, conselheiro Valdecir Pascoal, seu vice, conselheiro Valter Albano e o conselheiro substituto Jaylson Campelo, diretor da Atricon, participaram da reunião.